

Sociologia, mudança climática e a teoria de risco

Debate o discusión en teoría social

GT 15

Medio ambiente, sociedad y desarrollo sustentable

Flávio Eiró

Doutorando em sociologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, membro do Centro Maurice Halbwachs, em co-tutela com o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Resumo:

No quadro epistemológico da sociologia ambiental, este artigo propõe analisar a relevância e aplicabilidade da teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck ao caso das mudanças climáticas. Para tanto, duas abordagens são propostas: 1) uma análise aprofundada da obra de Ulrich Beck, em especial de seu livro *A sociedade de risco*, buscando os elementos de sua teoria úteis à reflexão do tema; e 2) levantamento de críticas feitas à teoria no contexto das mudanças climáticas.

Palavras-chaves: risco, mudança climática, sociologia ambiental

Introdução

No início da década de 1990 o sociólogo alemão Ulrich Beck ganhou notoriedade com sua obra *A Sociedade de risco*, onde analisa a sociedade ocidental à luz dos riscos ambientais modernos. Beck defende que as sociedades ocidentais experimentam mudanças radicais no que tange aos riscos ambientais, já que seu notório crescimento é acompanhado por um aumento na percepção dos mesmos por parte da sociedade em geral que, como resultado, manifesta alterações em suas crenças e interesses, e também em seus comportamentos. Aceitas essas premissas para a sociedade ocidental de forma geral, a validação das mesmas e, portanto, da teoria da sociedade de risco, em menores escalas, pode ajudar na compreensão do fenômeno social estudado por Beck em suas diversas nuances, com suas particularidades e mesmo exceções.

No quadro epistemológico da sociologia ambiental, e mais especificamente do construtivismo ambiental, este artigo propõe analisar a relevância e aplicabilidade da teoria da sociedade de risco ao caso das mudanças climáticas. Analisar as mudanças climáticas a partir de uma abordagem construtivista não significa reduzir a existência do fenômeno natural à dimensão cognitiva dos seres humanos. As mudanças climáticas são um fenômeno biológico, químico e geológico real, e não puramente uma construção social. Mas esta também é uma dimensão real do fenômeno, merecendo, portanto, o mesmo grau de atenção. Para o próprio Beck, a ausência das ciências sociais nas discussões sobre riscos ambientais deixa, muitas vezes, uma lacuna de extrema importância, sob o risco de atrofiar-se numa discussão da natureza sem o ser humano, sem questionar seu sentido social e cultural. Em acordo com esse argumento, entende-se aqui que a importância da teoria de Beck para as ciências sociais e para a compreensão de fenômenos naturais que apresentam ameaça às sociedades reside em encarar tais fenômenos como arenas de disputa política, exatamente porque os riscos estão "abertos a processos sociais de definição"

A teoria da sociedade de risco é uma das poucas macro-teorias sociais a dar enfoque à interação sociedade-natureza, mesmo se – em sua principal obra – Beck não aborda diretamente o tema das

mudanças climáticas, já que no momento de sua publicação o tema ainda não era tão amplamente debatido. Assim, este artigo contribui na discussão da teoria de Ulrich Beck, em especial para o estudo deste risco específico – o aquecimento global e as mudanças climáticas – e onde estão suas limitações.

Em primeiro lugar, é apresentado o contexto teórico no qual se insere a teoria da sociedade de risco, com ênfase no surgimento da sub-disciplina sociologia ambiental e suas duas principais correntes: realismo e construtivismo ambiental. Em seguida, é exposta a teoria de Beck no conjunto de sua obra, assim como as principais críticas que esta tem sofrido desde sua criação. Ao invés de um apanhado geral da teoria, o enfoque dado diz respeito ao objeto deste trabalho: as mudanças climáticas.

O tema mudanças climáticas ainda encontra pouco espaço no mainstream da sociologia mundial, apesar de suas consequências (algumas já visíveis) afetarem o centro desta disciplina. Mesmo nos cenários mais otimistas previstos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climática (IPCC), atualmente o principal produtor de conhecimento sobre o tema, a sociedade global sofreria enormes mudanças, passando pela sua relação com a natureza, o relacionamento entre Estados, e na dinâmica entre culturas locais e sua relação com o ambiente que as cerca. Apesar de apresentar crescimento na primeira década do século XXI – já com atraso em relação a outras ciências sociais, em especial a economia –, o número de artigos nas principais revistas internacionais de sociologia que abordam o tema é baixo. O desenvolvimento de uma ciência social do meio ambiente como campo científico ainda não apresentou impacto relevante na disciplina como um todo.

Smith (2001) argumenta que, apesar do crescente reconhecimento da sociologia ambiental como uma importante contribuição para a agenda de pesquisa social, estes trabalhos ainda são relativamente sub-teorizados, tanto no uso de teorias sociológicas quanto na contribuição para novas teorias, direcionados prioritariamente a políticas públicas, o que limita sua influência no meio acadêmico. Já Lever-Tracy (2008) acredita que uma das razões do baixo impacto de trabalhos ambientais na sociologia é que estes são produzidos por pesquisadores da sociologia ambiental, herdeiros dos estudos da sociologia rural, subárea que detinha status inferior àquele dado aos trabalhos urbanos. Outra hipótese, ainda de acordo com Lever-Tracy, diz respeito ao conflito entre ciências sociais e naturais, visto que para trabalhar com o tema ambiental, os sociólogos devem ter como premissas estudos sobre os quais eles não foram treinados para julgar a validade. Desta forma, ignorar temas como as mudanças climáticas e ater-se à análise de fatos estritamente sociais ainda é a posição de maior conforto.

Tal falta de interesse por parte dos cientistas sociais é também herança da sociologia clássica, que sempre lidou com a natureza como uma constante, um pano de fundo estável controlado pela ciência e tecnologia. Nas obras de Marx, Durkheim e Weber não existe a possibilidade de nenhuma grande interrupção exterior repentina, muito menos advinda do meio natural (Lever-Tracy, 2008). Marx vê a natureza segundo seu valor instrumental, um objeto a ser usado e transformado de acordo com os desejos humanos (Smith, 2001), em acordo com os economistas clássicos Smith e Ricardo. Em sua obra mais conhecida, *Economia e Sociedade*, Weber se limita em afirmar que fatores não-humanos, independente de ter significado subjetivo atribuído pela sociedade, devem ser levados em consideração nas ciências da ação humana (Goldblatt, 1996). A tradição durkheimiana continua a influenciar sociólogos contemporâneos com suas regras do método, que não admitem a explicação de fatos sociais através de fatos não-sociais. O receio dos sociólogos de cair em um determinismo ambiental ao usarem fatores naturais em suas análises é também um contribuinte a esse distanciamento com o tema ambiental. Em suma, este quadro epistemológico desfavorável dificultou a produção de teorias sociológicas que abarcam a relação homem-natureza, mantendo o tema ambiental à margem da disciplina (Buttel, 1986; Olivieri, 2009).

Não é o objetivo deste trabalho contar a história do surgimento e desenvolvimento da sociologia ambiental¹, mas vale aqui uma reflexão acerca das duas grandes perspectivas adotadas por sociólogos

¹ Para tanto, conferir Lenzi (2006), Olivieri (2009) e Oltra Algado (2006).

ambientais neste processo de socialização da natureza: realismo e construtivismo ambiental. Essa explanação é baseada especialmente em Lidskog (2001) e Olivieri (2009).

Situando o debate: realismo e construtivismo ambiental

O surgimento da sociologia ambiental é atribuído, principalmente, aos sociólogos americanos William R. Catton Jr. e Riley Dunlap, e a seus trabalhos no final da década de 1970. A principal contribuição teórica destes autores para a sociologia foi de alertar para a ignorância da sociologia ortodoxa em tratar variáveis não-sociais, seguindo a tradição clássica da independência da esfera social – em especial a defesa de Durkheim de explicar fatos sociais por fatos sociais (Durkheim, 1995). A proposta de Dunlap e Catton é incluir variáveis ecológicas, físicas e biológicas como componentes explicativos da organização social e do comportamento humano. Eles defendiam que fatores biofísicos podem afetar diretamente, e não apenas simbolicamente, os processos sociais (Dunlap & Catton, 1979).

O realismo ambiental marca o início da sociologia ambiental, que tem por objetivo central a re-naturalização da sociedade pela inserção de variáveis ambientais nas análises sociológicas. Para essa corrente, fatores biofísicos devem ser tratados como variáveis independentes no trabalho dos cientistas sociais. A ênfase é dada aos limites que as condições ambientais impõem à sociedade, como determinante nas interações sociais (Olivieri, 2009). A crítica direcionada a essa perspectiva é de não considerar os fatores sociais através dos quais essas variáveis não-sociais alcançam a consciência individual, como se o imaginário social fosse formado apenas pelos dados objetivos apreendidos no ambiente, sem que houvesse influência cultural na filtragem e interpretação dos mesmos (Lidskog, 2001).

Em contraposição ao realismo ambiental, e localizado um pouco mais à frente no tempo, surge o construtivismo ambiental. É a partir da década de 1990, especialmente com os trabalhos de Beck (1995, 2009, 2010), que o construtivismo ganha fôlego na sociologia. Sua proposta é encarar os problemas ambientais como produtos de construção social, ou seja, que foram negociados, definidos e legitimados na esfera social. Neste tipo de análise a atenção é dada aos “processos sociais, políticos e culturais em que os problemas ambientais são definidos como sendo inaceitáveis, e, portanto, devendo ser modificados” (Lidskog, 2001: 23). Para o construtivismo ambiental, o papel da sociologia é compreender os novos riscos da modernidade, avaliar as ideologias em busca de legitimação que fazem uso do meio ambiente como bandeira principal, atribuindo à natureza um significado que não lhe é intrínseco, mas simbolicamente constituído e legitimado pela cultura.

Ao eger os processos sociais como objeto exclusivo de estudo, o construtivismo foi (e ainda é) criticado por se limitar a uma teoria da sociologia do conhecimento, e não suprir a necessidade de uma teoria geral para a sociologia ambiental. A compreensão dos problemas ou riscos ambientais mediante a dimensão cognitiva não abarca a influência direta das condições materiais nos processos sociais. Mesmo para aqueles que defendem que a sociologia deve restringir sua análise ao nível social da realidade, é preciso dizer que esse nível é discursivo mas também materialmente constituído. É preciso ressaltar que não se trata “de uma crítica que negue o caráter socialmente construído do conhecimento”, mas que falha em “não reconhecer o poder causal independente da natureza” (Olivieri, 2009: 25). Os defensores da ecologia profunda, que rejeitam a visão utilitarista da natureza, defendendo um valor inerente a todos os seres vivos, criticam a corrente construtivista por ignorarem um valor intrínseco da natureza a partir de sua ênfase ao papel da sociedade em produzir e reinventar diferentes conceitos e valores a ela (Smith, 2001).

Grundmann e Stehr (2010) alertam para um mito que envolve o construtivismo aplicado ao tema das mudanças climáticas: usar esse quadro teórico significa concordar com a corrente cética, aqueles que negam a existência deste fenômeno. A negação de algo evidente a ser encontrado no exterior da sociedade não elimina a existência de um fenômeno natural, apenas descarta uma apropriação de forma

automática ou, exclusivamente, a partir de suas propriedades físicas. O próprio conceito construtivista de framing, ao trabalhar com políticas públicas, deixa clara a importância dos fatores sociais nessa apropriação que a sociedade faz de algo externo a ela. O construtivismo contemporâneo não pretende abarcar um fenômeno por completo, mas parte dele. Em geral, esta é a parte que cabe aos cientistas sociais investigarem: o que ainda pode ser definido como um fato social. Analisar as mudanças climáticas a partir de uma abordagem construtivista não significa reduzir a existência do fenômeno natural à dimensão cognitiva dos seres humanos. As mudanças climáticas são um fenômeno biológico, químico e geológico real, e não puramente uma construção social. Mas esta também é uma dimensão real do fenômeno, merecendo, portanto, o mesmo grau de atenção. A construção social das mudanças climáticas é induzida por uma organização social, ao mesmo tempo em que a influencia diretamente (Prades, 1999).

Sociedade de risco

A teoria da sociedade de risco, de Ulrich Beck, é uma das poucas macro-teorias sociais a dar enfoque à interação sociedade-natureza, intenção já declarada na abertura de seu livro *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade* (2010), quando o autor afirma que "a oposição entre natureza e sociedade é uma construção do século XIX, que serve ao duplo propósito de controlar e ignorar a natureza" (Beck, 2010: 9). É nesta obra que Beck formula as bases de sua teoria. Mais tarde, ela foi ampliada em *Ecological politics in an age of risk* (Beck, 1995), e *World risk society* (Beck, 1999). Este trabalho, entretanto, concentra sua análise na primeira obra, por entender que ali se encontra a base teórica necessária para uma análise da construção de risco das mudanças climáticas.

Para Beck, a ausência das ciências sociais nas discussões sobre riscos ambientais deixa, muitas vezes, uma lacuna de extrema importância, sob o risco de "atrofiar-se numa discussão da natureza sem ser humano, sem questionar seu sentido social e cultural" (Beck, 2010: 29). Sendo o conhecimento científico relevante no reconhecimento público de alguns problemas, assim como na sua divulgação, a sociologia ambiental deve se preocupar com as leituras culturais da natureza, ou com a forma como diferentes grupos sociais percebem e definem um problema ambiental (Lenzi, 2006). Certas categorias sociais são fundamentais para se entender a fundo os riscos ambientais causados pela modernidade. Neste sentido, a teoria da sociedade de risco vem sendo apropriada em larga escala pelos sociólogos ambientais como uma forma de tratar seus temas de interesse a partir de uma abordagem puramente sociológica, por assim dizer, estruturando-se como parte do corpo teórico construtivista, conforme explanado na seção anterior. É essa apropriação pelos "sistemas especializados de conhecimento" e, a posteriori, percepção e interpretação da sociedade, que tornam os riscos sociologicamente relevantes (Costa, 2004: 76).

No tema das mudanças climáticas, o construtivismo já vem sendo usado, e é também a abordagem adotada neste trabalho. Em resumo, serão tratadas as mudanças climáticas não em sua dimensão puramente objetiva ou material, mas a partir da construção social do risco associada a elas. É verdade que a teoria da sociedade de risco não aborda diretamente o tema das mudanças climáticas, também por não ser totalmente apropriada para isso – visto que Beck publica o livro pela primeira vez em 1986 (Lever-Tracy, 2008). O foco de sua obra está nos efeitos do desenvolvimento tecnológico e na falta de confiança que as instituições modernas passam para a população da civilização ocidental, por serem, ao mesmo tempo, causa e solução destes problemas (Mythen, 2007).

Os riscos analisados por Beck no conjunto de sua teoria dizem respeito ao novo estágio altamente industrializado da sociedade moderna. Apesar de o aquecimento global ser mais um efeito das ações acumuladas antes desse estágio, e causado principalmente por tecnologias industriais básicas, o risco a ele associado se enquadra na teoria da sociedade de risco. É preciso ressaltar que Beck admite em sua obra estar mais interessado em percepções culturais e definições de risco, não na sua realidade: "se as

pessoas vivenciam os riscos como algo real, eles são reais. Se eles são, contudo, reais nesse sentido, eles reviram a estrutura de competências sociais, políticas e econômicas” (Beck, 2010: 95).

Ekberg detalha algumas características binárias dos riscos apresentado na teoria da sociedade de risco: “local and global, individual and collective, natural and technological, real and constructed, calculable and incalculable, visible and invisible, voluntary and involuntary and actual and perceived risks (Ekberg, 2007: 353). Para Beck, os riscos modernos são produzidos pela própria sociedade, na forma de erros individuais ou institucionais, dando espaço a um efeito boomerang, possibilitando aos próprios países mais industrializados sofrerem os efeitos colaterais de seu desenvolvimento (Mythen, 2007).

Tais características se aplicam parcialmente ao caso das mudanças climáticas. Em primeiro lugar, não se pode identificar um erro propriamente dito, pessoal ou institucional, como causa. Um erro poderia ser atribuído a todo o modelo de produção industrial, que dificilmente seria identificado e estigmatizado pela sociedade em geral. Se o erro estiver em um limite na produção, a dificuldade reside na identificação prévia de tal limite, que nunca existiu, deixando aberta a possibilidade de um erro na reparação do problema – ainda assim sem consenso prático definido. Em seguida, o efeito bumerangue é ainda menos aplicável. Se encararmos o problema das mudanças climáticas e considerarmos que todos são igualmente vulneráveis, ainda assim o princípio de causar e ser afetado diretamente é enfraquecido. Ainda mais agravante, sabe-se que, apesar de contribuírem menos com as causas das mudanças climáticas – e, portanto, menos culpáveis pelos erros –, os países do mundo subdesenvolvido são mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

A importância da teoria de Beck para as ciências sociais e para a compreensão de fenômenos naturais que apresentam ameaça às sociedades reside em encarar tais fenômenos como arenas de disputa política, exatamente porque os riscos estão “abertos a processos sociais de definição” (Beck, 2010: 27), e tudo o que for socialmente reconhecido como “causa” sofrerá pressões de mudanças. Como as relações de causalidade destes processos nem sempre são perceptíveis a priori, elas exigem uma teoria, e por isso, são acreditadas. Isso que Goldblatt (1996) chama de “invisibilidade social” é o que diferencia os riscos ambientais de Beck das demais temáticas políticas, e a ciência aqui tem o papel de trazê-los à tona, para que sejam contestados culturalmente.

O problema do aquecimento global reside na dificuldade em se imputar esta causa a algum ator, sem que haja responsáveis individuais. É o que Beck chama de irresponsabilidade organizada, que, produzindo um sentimento de insegurança generalizada, compromete a segurança coletiva (Ekberg, 2007). Beck defende que a recente incapacidade das instituições – sejam governamentais, jurídicas ou científicas – responsáveis em lidar com o risco representado pelo aquecimento global potencializa seus impactos sociais, estimulando também a sociedade à maior participação política (Mythen, 2007). Mais do que incapacidade, a irresponsabilidade organizada diz respeito à mecanismos culturais e institucionais usados por elites políticas e econômicas para mascarar origens e consequências dos riscos modernos (Goldblatt, 1996).

Recentemente, Beck revisitou sua teoria da sociedade de risco em um artigo chamado *Critical theory of World Risk Society: a cosmopolitan vision* (Beck, 2009). Ali, o autor apresenta uma definição de risco muito útil para este trabalho:

Risk is not the same as catastrophe, but the anticipation of the future catastrophe in the presence. As a result, risk leads a dubious, insidious, would-be, fictitious, allusive existence: it is existent and non-existent, present and absent, doubtful and real (2009: 3).

Esta ambivalência, já descrita em seu primeiro trabalho sobre o tema (Beck, 2010), tem consequências perversas sobre a sociedade, a começar por sua própria produção. Na natureza dos riscos

estão os efeitos colaterais, que devem ser pensados nos seguintes termos: afetam outros? Quem são estes outros? Em que medida estão envolvidos no processo de decisão da criação de tais riscos? Beck alerta para um dos antagonismos do risco: “those who enjoy the benefits of risks are not the ones who have to bear the costs” (2009: 6).

A teoria da sociedade de risco apresenta um quadro alarmante onde o colapso de normas, valores e tradições estão diretamente relacionados com a emergência dos riscos modernos. É o que Ekberg (2007) chama de “onipresença do risco”, onde um sentimento generalizado de vulnerabilidade toma a sociedade ameaçando sua própria identidade. A ambivalência descrita acima é acompanhada pelos sentimentos de insegurança e incerteza que caracterizam o ethos da cultura de risco (Ekberg, 2007).

Críticas à teoria da sociedade de risco

No excelente trabalho crítico sobre a teoria da sociedade de risco, Gabe Mythen (2007) elenca as maiores limitações apontadas por críticos de Beck. Nesta subseção serão retomadas algumas dessas e outras críticas (Goldblatt, 1996; Ekberg, 2007; Wilkinson, 2001; Dickens, 1992) à teoria da sociedade de risco, relevantes ao caso das mudanças climáticas.

A distinção entre perigos naturais e manufaturados

Beck localiza tais perigos nas fases pré e pós-industrial, respectivamente, o que foi muito questionado em termos históricos. Por se tratar de um fenômeno recente, as mudanças climáticas nada têm a contribuir com essa crítica. É na esfera conceitual, porém, que se dá o maior problema. Ao ter em mente, por exemplo, um vazamento nuclear a característica manufaturada se sobressai, e de fato, pouco de natural existe ali. Entretanto, as mudanças climáticas representam um dos casos onde essa separação não é tão simples. Apesar de ser notória a contribuição do homem para esse fenômeno, ele não é nada mais que o agravamento de um fenômeno natural conhecido por efeito estufa, que sempre regulou a temperatura da Terra. Por outro lado, dentre os próprios contribuintes para o aquecimento global estão o vapor d'água, os gases emitidos por animais e o CO² expirado pelo homem. Ao se categorizar as mudanças climáticas como um risco manufaturado, a complexidade deste fenômeno é comprometida, principalmente no que tange o número de relações entre os fatores causais e suas mais diversas naturezas.

Risco e distribuição social

Beck sugere que na sociedade de risco a lógica da distribuição social não seria a de classes, mas a de estar mais ou menos exposto ao risco. Tal hipótese tem sido sistematicamente refutada, não só por superestimar o risco como globalizante, mas também por subestimar a força da reprodução social das classes na atração dos próprios riscos. Ao invés de configurar uma nova estratificação social, a sociedade de risco mais parece reforçar o sistema vigente, já que de forma geral são as classes mais baixas as mais expostas aos riscos. Neste sentido, Beck se mostrou indeciso em colocar a exposição ao risco como igualitária ou hierárquica (Ekberg, 2007).

No conjunto de conceitos mais utilizados no âmbito das mudanças climáticas, essa relação foi bem incorporada no termo “vulnerabilidade”. Neste conceito estão contemplados não só a probabilidade de sofrerem um distúrbio externo decorrente das mudanças climáticas, mas também as possíveis consequências dentro de cada sistema analisado. Em trabalhos mais recentes, incluindo os da sub-rede Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Regional (Lindoso et al., 2013) da qual o autor faz parte, a avaliação de vulnerabilidade é expandida para contemplar fragilidades não só às mudanças climáticas, mas também às esferas social e econômica, com uma visão mais integrada dos sistemas sociais.

Cultura e risco

Talvez uma das críticas mais relevantes no que tange este trabalho seja a de como Beck desconsidera os fatores culturais que influenciam nas percepções de risco. Sua teoria supõe certa uniformidade na perspectiva que a sociedade adota a respeito de sua nova condição, tornando-a limitada para explicar as diferentes formas que se percebe e se reage a cada situação de risco. O caso das mudanças climáticas é emblemático neste contexto, já que se trata de um único fenômeno que toma os mais diversos formatos em cada parte do mundo; analisado pelos mesmos cientistas, com uma causa comum, mas dispersa, e percebido por diferentes culturas. Dentro de um mesmo grupo social pode-se encontrar posturas divergentes influenciadas por fatores culturais, como a religião ou o acesso à mídia. Atribuir ao mesmo fenômeno causas políticas ou divinas interfere radicalmente a reação individual. Mythen afirma categoricamente: “It is always likely that individuals rooted in specific social contexts and carrying diverse banks of life experience will interpret risk events in dissimilar ways” (2007: 800).

Influência da mídia

Beck é também criticado por não ter desenvolvido em sua teoria explicações sobre a influência da mídia na formação da consciência de risco. Não significa que Beck tenha negado sua influência, apenas que a teoria da sociedade de risco não abarca a complexidade da influência da mídia sobre a percepção de risco. Para o trabalho com mudanças climáticas esse é um nicho importante de pesquisa. A velocidade com que as informações chegam ao indivíduo comum não tem precedentes. É possível ver todos os dias na televisão cenas de desastres naturais ao redor do mundo, pessoas e animais sofrendo os impactos do aumento de temperatura, explicações sobre o fenômeno dadas por cientistas, programas de educação ambiental que buscam convencer-nos a diminuir nossa emissão de gases de efeito estufa, e etc. Já não se pode negar a influência dessas informações na construção de risco, mas é necessário investigar de que forma são apropriadas (Wilkinson, 2001).

O que nos interessa aqui é saber que, para a grande maioria da população brasileira, incluindo a população rural que cada vez mais tem acesso à energia elétrica, os meios de comunicação de massa, com destaque para televisão, rádio e jornal impresso, são as únicas fontes de informação sobre o assunto. Com o crescimento do alcance da internet existe uma tendência à mudança, já que o indivíduo é mais ativo na seleção da informação. No Brasil, porém, essa ainda é uma realidade não tão próxima, já que o uso da internet ainda está concentrado nos grandes centros urbanos em uma parcela da população não tão ampla.

Risco e medo

Para Dickens (1992), Beck falha em não fazer distinção entre duas categorias de risco: perceber o risco e sentir-se sob o mesmo risco. Para o autor, Beck projeta sua crítica à sociedade na população em geral, independentemente do que a mesma pensa (Wilkinson, 2001). Pelos mesmos motivos expostos no parágrafo anterior a respeito dos meios de comunicação, a sociedade está minimamente informada sobre as mudanças climáticas. Para Beck, isso não bastaria para se encaixar em sua categoria de risco. Ou seja, estão convencidas de que o aquecimento global não é real, ou de que ainda não o é em sua realidade cotidiana: não sentem suas consequências, não acreditam que as sentirão em um futuro próximo e, em suma, não se preocupam com isso. Por outro lado, existe uma situação que não se encaixa na teoria da sociedade de risco: devido às informações recebidas, existem aqueles que estão sim muito preocupados com os efeitos das mudanças climáticas, mas não como ameaça pessoal. Sua

preocupação é com o urso polar à deriva, com furacões ou secas extremas. Enfim, não existe aí um risco no sentido estrito de Beck, que causa insegurança e medo.

Conclusão

Os elementos teóricos aqui analisados permitem uma parcial compreensão da realidade cultural da percepção de risco, mas nunca serão suficientes para abarcar toda a complexidade de como as pessoas percebem e reagem aos riscos diários. Ainda assim, compreender como uma sociedade percebe as mudanças climáticas como um risco, quais as formas que essa construção social pode tomar, e quais contextos afetam essa percepção (variáveis sociodemográficas, por exemplo), é um caminho para se entender seu relacionamento com o ambiente que a cerca, com as instituições que com ela interagem, e mesmo com os meios de comunicação. É nesta justificativa teórica que este trabalho se insere e pretende contribuir, através da análise da percepção de risco no Brasil.

Bibliografia

- Beck, U. (1995). *Ecological politics in an age of risk*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (1999). *World risk society*. Malden, MA: Polity Press.
- Beck, U. (2009). Critical theory of World Risk Society: a cosmopolitan vision. *Constellations*, Volume 16, Issue 1, pages 3–22.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34.
- Buttel, F. H. (1986). *Sociology and environment: a winding road toward human ecology*. *International Social Science Journal Environmental Awareness*, v. 109, n. UNESCO, p. 337- 356.
- Dunlap, R. E. & Catton, W. R. (1979). *Environmental sociology*. *Annual Review of Sociology*, v. 5, p. 243-273.
- Costa, S. (2004). Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 73-100.
- Dickens, P. (1992). *Who would know?: Science, Environmental Risk and the Construction of Theory*. University of Sussex, Centre for Urban & Regional Research.
- Durkheim, D. (1995). *As regras do método sociológico*. 15. ed. São Paulo: Nacional.
- Ekberg, M. (2007). The parameters of the Risk Society: a review and exploration. *Current Sociology*, v. 55, n. 3, p. 343-366.
- Goldblatt, D. (1996). *Social theory and the environment*. Cambridge: Polity Press.
- Grundmann, R. & Stehr, N. (2010). Climate change: what role for sociology?: A response to Constance Lever-Tracy. *Current Sociology*, v. 58, n. 6, p. 897-910.
- Lenzi, C. (2006). *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, SP: EDUSC.

- Lever-Tracy, C. (2008). Global warming and sociology. *Current Sociology*, v. 56, n. 3, p. 445-466.
- Lidskog, R. (2001). The re-naturalization of society? *Environmental Challenges for Sociology. Current Sociology*, v. 49, n. 1, p. 113-136.
- Lindoso, D., Eiró, F. & Rocha, J. D. (2013). Desenvolvimento Sustentável, Adaptação e Vulnerabilidade à Mudança Climática no Semiárido Nordestino: Um Estudo de Caso no Sertão do São Francisco. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 44(5), p. 301-332.
- Mythen, G. (2007). Reappraising the Risk Society thesis: Telescopic Sight or Myopic Vision? *Current Sociology*, v. 55, n. 6, p. 793-813.
- Olivieri, A. G. (2009). A teoria da modernização ecológica: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos. Tese de Doutorado em Sociologia, Brasília: Universidade de Brasília.
- Oltra Algado, C. (2006). Sociedad y medio ambiente. Ciudadanos y científicos ante la reforma medioambiental de la sociedad. Tesis doctoral en Sociologia, Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Prades, J. A. (1999). Global environmental change and contemporary society: Classical Sociological Analysis Revisited. *International Sociology*, v. 14, n. 1, p. 7-31.
- Smith, M. (2001). The face of nature: environmental ethics and the boundaries of contemporary social theory. *Current Sociology*, v. 49, n. 1, p. 49-65.
- Wilkinson, I. (2001). Social theories of risk perception: at once indispensable and insufficient. *Current Sociology*, v. 49, n. 1, p. 1-22.